



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31
www.itaute.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC ("Itautec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos,

Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Itautec apresentou, ao final do exercício de 2021, lucro líquido de R\$55.097mil, sendo o lucro líquido por ação de R\$4,98, e patrimônio líquido de R\$77.089mil.

Os ativos totais atingiram o montante de R\$162.633mil e estão compostos, substancialmente, pelos montantes em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5), além do saldo a receber decorrente do acordo do Cinescópio (Nota 7). São Paulo, 31 de março de 2022.

A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	53.890	64.187	Fornecedores	10	16.518	2.190
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	13.463	4.804	Obrigações com pessoal		13	12
Outros ativos	7	88.885	7.869	Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	6.854
				Outros tributos a recolher		240	73
				Dividendos e Juros sobre o capital próprio	12.3	13.085	19
				Outros passivos	7	540	212
Total Circulante		156.238	76.860	Total Circulante		30.396	9.360
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo		6.395	10.437	Provisões	11	37.910	39.921
Depósitos judiciais	8	3.101	3.238	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	15.965	-
Outros ativos	7	3.294	7.199	Outros Passivos	7	1.273	1.494
				Total não Circulante		55.148	41.415
Total não Circulante		6.395	10.437	TOTAL DO PASSIVO		85.544	50.775
TOTAL DO ATIVO		162.633	87.297	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12.1	26.641	26.641
				Reservas de capital	12.2	2	2
				Reservas de lucros	12.2	50.446	9.879
				Total do Patrimônio Líquido		77.089	36.522
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.633	87.297

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas e despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	-	214
Despesas gerais e administrativas	13	(25.429)	(11.416)
Outras receitas e despesas	14	84.840	13.874
Total das receitas e despesas operacionais		59.411	2.672
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		59.411	2.672
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	14.060	9.283
Despesas financeiras	15	(2.410)	(5.021)
Total do Resultado Financeiro		11.650	4.262
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		71.061	6.934
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	(6.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(15.964)	-
Total dos Tributos sobre o Lucro		(15.964)	(6.855)
Lucro líquido do exercício		55.097	79
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)	17	4,98	0,01

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.641	2	10.074	-	36.717
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79	79
Destinação do lucro					
Reserva legal	-	-	4	(4)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	(19)	(19)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	(255)	-	(255)
Reservas estatutárias	-	-	56	(56)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.641	2	9.879	-	36.522
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.641	2	9.879	-	36.522
Transações com os acionistas					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(1.445)	-	(1.445)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.097	55.097
Destinação do lucro					
Reserva legal	-	-	2.756	(2.756)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	(13.085)	(13.085)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	39.256	(39.256)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.641	2	50.446	-	77.089

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	55.097	79
Total de Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado abrangente	55.097	79

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		71.061	6.934
Provisões		16.039	18.882
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		624	(3.098)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		-	(214)
Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios		(82.143)	-
Outros		-	3.743
		5.581	26.247
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução de Clientes		-	375
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		(5.741)	(4.125)
(Aumento) Redução em Outros ativos		5.169	(1.518)
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(6.688)	(1.646)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(728)	(88)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		1	(23)
Aumento (Redução) em Outros passivos		(4.365)	(4.758)
		(12.352)	(11.783)
Caixa proveniente das operações		(6.771)	14.464
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(2.062)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		(8.833)	14.464
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado, intangível e propriedade para investimento		-	20.457
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		-	20.457
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	12.3.2	(1.464)	(3.215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.464)	(3.215)
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa		(10.297)	31.706
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		64.187	32.481
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		53.890	64.187
		(10.297)	31.706

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itautec S.A. - Grupo Itautec ("Companhia" ou "Itautec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços.

A Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controlador integral da Itautec, se necessário, poderá prover suporte financeiro na Companhia para garantir a continuidade de suas operações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Itautec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da Itautec em continuar operando normalmente e está convencida de que, apesar dos impactos e da incerteza na duração e extensão da pandemia da COVID-19, a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itautec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itautec.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.3 e 9); e
- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.5 e 11).

2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board - IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Durante o exercício de 2021, não houve a adoção de nenhuma nova norma que impactasse as Demonstrações Contábeis da Itautec.

2.5.1. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela Itautec

As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2021. A Itautec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2022:

- Alterações ao CPC 15(R1) - Combinação de negócios;
- Alterações ao CPC 27 - Imobilizado;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de 2018-2020.
- Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:
- Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro;
- Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:
- Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidas na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

• **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio Líquido.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A Companhia classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Companhia entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Quando se tratar de processo que envolve uma obrigação legal, o montante envolvido é provisionado independentemente da probabilidade de perda, uma vez que o êxito na ação depende do reconhecimento da inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.7. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

3.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Níveis	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	2	53.859	53.859	64.172	64.172
			53.859	53.859	64.172	64.172
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Caixa e Bancos	5	2	31	31	15	15
Depósitos judiciais	8	2	3.101	3.101	3.238	3.238
Outros ativos	7	2	92.179	92.179	15.068	15.068
			95.311	95.311	18.321	18.321
Total de Ativos financeiros			149.170	149.170	82.493	82.493
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	10	2	16.518	16.518	2.190	2.190
Obrigações com pessoal		2	13	13	12	12
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	12,3	2	13.085	13.085	19	19
Outros passivos	7	2	1.813	1.813	1.706	1.706
			31.429	31.429	3.927	3.927
Total de Passivos financeiros			31.429	31.429	3.927	3.927

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, e considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a Companhia sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar os melhores mecanismos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados a variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

A Companhia realiza a gestão de seus recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	16.518	-	16.518
Obrigações com pessoal	13	-	13
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	13.085	-	13.085
Outros débitos	540	1.273	1.813
	30.156	1.273	31.429

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	31	15
Aplicações financeiras	53.859	64.172
Total	53.890	64.187

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

O incremento de R\$8.659 é substancialmente representado pela reversão de provisão para perdas, no valor de R\$13.000, decorrente da expectativa de realização de lucros tributários futuros e R\$4.879 pela baixa da antecipação do imposto do exercício anterior.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros ativos					
Adiantamento para funcionários		81	88	-	-
Ativos de plano de aposentadoria (Plano BD)	18.1.2	5.873	5.069	2.062	6.862
Venda de Propriedade para investimento		-	2.173	-	-
Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios	11.3.2.1	82.143	-	-	-
Despesas antecipadas		403	355	-	-
Créditos com precatórios (-) Provisão para perdas - Créditos com precatórios	7.1	-	-	67.304	58.830
Outros ativos		385	184	696	-
Total		88.885	7.869	3.294	7.199
Outros passivos					
Remediação ambiental		-	-	-	384
Honorários advocatícios		-	-	1.255	1.110
Compromisso com ex-acionistas	7.2	540	212	18	-
Total		540	212	1.273	1.494

7.1. Créditos com precatórios

Dos créditos com precatórios em 31 de dezembro de 2021 de R\$67.304 (R\$58.830 em 31 de dezembro de 2020), R\$66.768 (R\$58.493 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itautec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993.

A Administração da Companhia, baseada no histórico de imputabilidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade dos créditos mencionados acima.

7.2. Compromisso com ex-acionistas

Consoante Fatos Relevantes divulgados em 25 de fevereiro de 2019 e em 29 de março de 2019 e Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Itautec por sua controladora Itauisa, aprovado pelas Assembleias Gerais de ambas companhias em 30 de abril de 2019, a Itautec comprometeu-se a pagar aos titulares de ações ordinárias de sua emissão em 25 de fevereiro de 2019 eventuais valores auferidos no âmbito de determinadas Pretensões Judiciais, conforme definidas no referido Protocolo, na proporção da participação de cada acionista no capital social da Itautec, caso o seu recebimento ocorresse em 3 anos a contar de 25 de fevereiro de 2019.

Em 2020, considerando a celebração de Acordo com a LG Electronics Inc. em uma das Pretensões Judiciais (ação reparatória perante as Cortes Holandesas) e o consequente recebimento pela Itautec de quantias a ele referente em 22 de setembro de 2020, a Itautec divulgou Aviso de Compromisso de Pagamento em 03 de março de 2021 comunicando pagar em 12 de março de 2021 aos ex-acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, o valor de R\$1,777.188.641,5 por ação, atualizado pela SELIC até a data do pagamento e deduzido os tributos incidentes, nos termos da legislação aplicável, excetuados dessa retenção os ex-acionistas dispensados.

Em 2021, considerando a celebração de Acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) (Nota 11.3.2.1) a Companhia provisionou o montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$540 a ser pago aos ex-acionistas no primeiro semestre de 2022. A partir do recebimento dos valores pela Itautec, o montante a ser pago aos ex-acionistas será atualizado pela SELIC até a data do pagamento e deduzido os tributos incidentes, nos termos da legislação aplicável, excetuados dessa retenção os ex-acionistas dispensados.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	2.909	2.909
Trabalhistas	192	329
	3.101	3.238

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$109.917 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 109.835 em 31 de dezembro de 2020) e não compõe o total do ativo, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferido passivo, no valor de R\$15.965, de acordo com o evento descrito na nota 11.3.2.1.

10. FORNECEDORES

Do montante a pagar em 31 de dezembro de 2021 de R\$16.518 (R\$2.190 em 31 de dezembro de 2020), R\$12.321 referem-se a honorários advocatícios e R\$2.734 referem-se à assessoria ambos originados do acordo mencionado na nota 11.3.2.1.

11. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

11.1 Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	14.597	9.206	1.619	25.422
Contingências				
Constituição	17.354	1.951	24	19.328
Atualização monetária	1.304	1.357	(85)	2.576
Reversão	(7)	(419)	(21)	(446)
Pagamentos	(6)	(1.937)	(4)	(1.947)
Subtotal	33.242	10.157	1.532	44.932
(-) Depósitos judiciais (*)	(3.407)	(1.505)	(99)	(5.011)
Saldo em 31/12/2020 líquido de depósitos judiciais	29.835	8.653	1.433	39.921
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	33.242	10.157	1.532	44.932
Contingências				
Constituição	25	4.286	6	4.317
Atualização monetária	354	996	129	1.479
Reversão	(539)	(2.937)	(2)	(3.478)
Pagamentos	(25)	(5.069)	(32)	(5.126)
Subtotal	33.057	7.433	1.633	42.124
(-) Depósitos judiciais (*)	(3.407)	(806)	-	(4.213)
Saldo em 31/12/2021 líquido de depósitos judiciais	29.650	6.627	1.633	37.910

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

11.1.1. Tributários

Multa por descumprimento de obrigação acessória prevista na Instrução Normativa RFB 21/2001

Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de multas regulamentares do exercício de 2007 e 2008, por alegada (i) apresentação de arquivos magnéticos da IN 86/2001 em formato diferente do exigido pela fiscalização; e (ii) identificação de erros e omissões nas informações relativas ao PIS e COFINS apresentados nos arquivos magnéticos.

Em 2020 a Companhia contratou consultoria independente para elaboração de Laudo e com base na orientação dos advogados do caso decidiram classificar parte da multa relativa ao item (ii) com perda provável.

A atuação foi mantida pela primeira instância administrativa e atualmente aguarda julgamento de recurso voluntário perante o CARF.

11.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revistos periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próximo possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente de acordo com o índice previsto na decisão judicial: variação da Taxa Referencial de Juros ("TR") ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E") do mês, e em qualquer dos casos, acrescido de 1% de juros ao mês.

11.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	243.178	254.948
Cíveis	748	688
Total	243.926	255.636

11.2.1. Tributários

(a) Compensação com Crédito de COFINS reconhecidos judicialmente

Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada em face do indeferimento do Pedido de Compensação de crédito de COFINS (02/1999 a 01/2004), reconhecido judicialmente nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.61.00.010329-6, que reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 3º, §1º da lei 9.718/98 (tese do alargamento da base de cálculo - faturamento x receita).

O argumento utilizado pela fiscalização foi o de que a Companhia descumpriu o prazo de apresentação da documentação referente à quantificação do crédito. Em defesa, a Companhia baseou-se no "princípio da verdade material", valendo-se do fato de o crédito ter sido devidamente habilitado pela RFB e após comprovada a quantificação do crédito.

Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(b) Glosa de Créditos de PIS e COFINS de 2007 e 1º trimestre de 2008

Trata-se de dois autos de infração lavrados para cobrança de PIS e COFINS de 2007 e 1º trimestre de 2008, sob o argumento de recolhimento insuficiente, em razão de glosa de créditos de insumos importados e também adquiridos no mercado interno, bem como de serviços.

Em 20 de março de 2019 foi proferida decisão em caráter definitivo na esfera administrativa julgando parcialmente procedente os valores relativos à atuação da apuração de PIS e COFINS de 2007. Os débitos foram inscritos em dívida ativa, estão garantidos por seguro garantia e estão sendo discutidos no Judiciário por meio de ação anulatória, que aguarda julgamento perante a Justiça Federal de São Paulo.

Com relação à atuação da apuração de PIS e COFINS do 1º trimestre de 2008, atualmente, aguarda-se o julgamento da defesa na esfera administrativa.

(c) Glosa de Créditos de PIS e COFINS e Multa referente ao exercício de 2011

Trata-se de três Autos de Infração lavrados em março de 2015 para cobrança de PIS e COFINS referentes ao ano de 2011, em razão da glosa de créditos, bem como pela alegada classificação incorreta de receitas de *software* importado como receita cumulativa, e de receitas submetidas à alíquota zero do Programa de Inclusão Digital, bem como cobrança de multa regulamentar pelo suposto não cumprimento das especificações contidas na Instrução Normativa nº 86/2001.

Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso interposto perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(d) Créditos de PIS e COFINS retidos referentes ao período de 2006

Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada contra despacho decisório que indeferiu pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS retidos no exercício de 2006, sob o argumento de que tais créditos declarados eram inferiores aos débitos apontados, bem como que os valores de PIS/COFINS retidos da Companhia por ocasião dos pagamentos realizados por outras pessoas jurídicas, não poderiam ser objeto de pedido de restituição, uma vez que foram gerados antes da vigência da MP nº 413/08, e assim, deveriam ter sido utilizados no abatimento do PIS/COFINS apurado no trimestre.

Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(e) Glosa de Créditos de IRPJ e CSLL apurados em 2011

Trata-se de Auto de Infração lavrado em



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

(a) Reservas de lucros		17. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		(a) Fundo Previdencial	
	2021	2020	2021	2020	
<p>Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.</p> <p>Reserva estatutária especial: compreende o saldo remanescente do lucro líquido do exercício com as seguintes finalidades: (i) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital das empresas participadas; (ii) futuras incorporações desses recursos ao capital social; e (iii) pagamento de dividendos intermediários. Esta reserva está limitada a 80% do Capital social.</p>					
<p>12.3. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre o capital próprio</p> <p>12.3.1. Destinação do resultado</p>					
	2021	2020			
Lucro líquido	55.097	79			
(-) Reserva legal	(2.756)	(4)			
Base de cálculo para Dividendos/JCP	52.341	75			
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.085	19			
<p>Distribuição aos acionistas</p> <p>Dividendos 13.085 19</p> <p>Dividendo adicional proposto 38.106 -</p> <p>JCP adicional proposto 1.150 -</p> <p>52.341 19</p>					
<p>Reservas de lucros</p> <p>- 56</p> <p>52.341 75</p>					
<p>% bruto pertencente aos acionistas</p> <p>100,0% 25,3%</p>					

12.3.2. Dividendos e JCP a pagar		18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	
	Dividendos	JCP	Total
<p>A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:</p>			
Saldo em 31/12/2020	19	-	19
Dividendos do exercício	13.085	-	13.085
JCP de exercícios anteriores	-	1.445	1.445
Pagamentos	(19)	(1.445)	(1.464)
Saldo em 31/12/2021	13.085	-	13.085

13. RESULTADO POR NATUREZA		31/12/2021		31/12/2020	
	2021	2020			
Remuneração e encargos com pessoal	(1.203)	(829)			
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	214			
Serviços de terceiros	(888)	(907)			
Despesas tributárias	-	(38)			
Seguros	(307)	-			
Provisão de honorários	(21.822)	(8.663)			
Outras despesas	(1.209)	(979)			
Total	(25.429)	(11.202)			
<p>Reconciliação com a Demonstração do Resultado</p> <p>Despesas com vendas - 214</p> <p>Despesas gerais e administrativas (25.429) (11.416)</p> <p>Total (25.429) (11.202)</p>					
<p>14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</p>					
	Nota	2021	2020		
Receita de aluguéis	-	-	484		
Recuperação de despesas diversas	14.078	43			
Recuperação de despesas - Acordo de sobrepreço	11.3.2.1	82.143	30.980		
Provisões	(2.321)	(19.372)			
Benefícios a empregados	18.1.2	-	6.282		
Provisão para perda no valor recuperável (Créditos com precatórios)	7.1	(8.295)	(4.284)		
Despesas tributárias	(3)	(45)			
Outros	(762)	(214)			
Total		84.840	13.874		

15. RESULTADO FINANCEIRO		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	2021	2020		
<p>Receitas financeiras</p> <p>Rendimentos de aplicações financeiras 3.204 1.126</p> <p>Varição cambial ativa 45 1.298</p> <p>Atualização de depósitos judiciais 13 461</p> <p>Outras atualizações monetárias 10.798 5.604</p> <p>Outras receitas financeiras - 794</p> <p>14.060 9.283</p>					
<p>Despesas financeiras</p> <p>PIS/COFINS sobre receita financeira (652) (425)</p> <p>Varição cambial passiva (24) (1.634)</p> <p>Atualização de provisões 11.1 (1.665) (2.576)</p> <p>Outras atualizações monetárias (25) (278)</p> <p>Outras despesas financeiras (44) (108)</p> <p>(2.410) (5.021)</p> <p>11.650 4.262</p>					

16. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		31/12/2021		31/12/2020	
	2021	2020			
<p>Os montantes registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:</p>					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	71.061	6.934			
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%) (Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos	(24.161)	(2.358)			
Juros sobre o capital próprio	-	578			
Créditos tributários realizados/(não constituídos) (Provisão)/reversão perda com tributos	4.171	(4.647)			
Despesas não dedutíveis	(312)	(199)			
Outros ajustes não dedutíveis	-	24			
IRPJ e CSLL apurados	(15.964)	(6.855)			
Correntes	-	(6.855)			
Diferidos	(15.964)	-			
Alíquota efetiva	22,5%	98,9%			

DIRETORIA		CONTADORA	
Diretor-Presidente	Irineu Govêa	Diretoras	Maria Fernanda Ribas Caramuru Priscila Grecco Toledo
			Sandra Oliveira Ramos Medeiros CRC 15P 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas		Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis	
Itaútec S.A. - Grupo Itaútec		Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.	
Opinião		Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	
Examinamos as demonstrações contábeis da Itaútec S.A. - Grupo Itaútec ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.		<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. 	
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaútec S.A. - Grupo Itaútec em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.	
Base para opinião		São Paulo, 31 de março de 2022	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		<p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P000160/O-5</p>	
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor		Emerson Laerte da Silva Contador CRC 15P 171089/O-3	
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.			
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.			
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.			
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis			
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.			



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>